



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Rio de Janeiro - 2025



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Relatório de Gestão do Exercício de 2025 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da DN TCU 198/2022 e DN TCU 216/2025.

Rio de Janeiro – 2025



Lista de Siglas e Abreviações:

CORECON – Conselho Regional de Economia
COFECON – Conselho Federal de Economia
SEREG – Secretaria de Registro
CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento
ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
CAT – Certidão de Acervo Técnico
LTN – Letra do Tesouro Nacional
AEALC – Associação dos Economistas da América Latina e Caribe
PF – Pessoa Física
PJ – Pessoa Jurídica
ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas
CTC – Comissão de Tomada de Contas
UPC – Unidade Prestadora de Contas
SEI – Sistema Eletrônico de Informações

Lista de tabelas

Tabela 1: Identificação da Entidade	9
Tabela 2: Estrutura Organizacional	10
Tabela 3: Total gasto com diárias.....	26
Tabela 4: Comparativo de Receitas 2024-2025	43
Tabela 5: Comparativo de Despesas 2024-2025	44
Tabela 6: Resultados da área fim	47
Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho	47
Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho	50
Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade	50
Tabela 10 Terceirização de mão de obra	51
Tabela 11: Despesas com Pessoal	51
Tabela 12: Contratos terceirizados	52
Tabela 13: Transferência de recursos	54
Tabela 14: Balanço financeiro	55
Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais	56
Tabela 16: Balanço Patrimonial	57
Tabela 17: Balanço Orçamentário	58

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma.....	11
Figura 2: Modelo de Negócios.....	12



Sumário:

Apresentação	6
1 – Mensagem do dirigente máximo da unidade	7
2 – Visão geral organizacional e ambiente externo	9
3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas	14
4 – Governança, Estratégia e Desempenho	14
5 – Descrição das estruturas de governança	20
6 – Resultados e Desempenho da Gestão:	27
7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	41
8- Demonstrações contábeis	55
9- Outras informações relevantes	58
Anexos e apêndices	60



Apresentação

Neste relatório, serão apresentados os resultados de todas as ações promovidas pelo Corecon-RJ em 2025, em conformidade com a legislação em vigor. Os projetos desenvolvidos em 2025 foram divididos em 5 áreas: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional. Cada um desses projetos reúne um conjunto de ações que foram desempenhadas por cada Secretaria da Autarquia.

A estrutura do relatório foi dividido da seguinte forma:

- 1 - Mensagem da dirigente máxima da unidade
 - 2 - Visão geral organizacional e ambiente externo
 - 3 - Riscos, Oportunidades e Perspectivas
 - 4 - Governança, Estratégia e Desempenho
 - 5 - Descrição das estruturas de governança
 - 6 - Resultados e Desempenho da Gestão:
 - 7 - Alocação de recursos e áreas especiais de gestão
 - 8 - Demonstrações contábeis
 - 9 - Outras informações relevantes
- Anexos e apêndices

1 – Mensagem do dirigente máximo da unidade

Finalizado o exercício de 2025, o Corecon-RJ apresenta suas realizações no cumprimento de sua missão institucional, que é a fiscalização do exercício da profissão de economista bem como buscar fortalecer o exercício da profissão de Economista, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as principais linhas de atuação da fiscalização, podemos destacar:

- Fiscalização de exercício profissional: Em 2025, foram abertos 126 processos, sendo 68 de pessoas físicas e 58 para pessoa jurídica.
- Processos ético-profissionais: Apenas 2 processos éticos em andamento
- Número total de autos de infração: 112, sendo 50 relativos a pessoa física e 62 relativos a pessoa jurídica
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Certidão de Acervo Técnico (CAT): Foram emitidas 97 ARTS, sendo 42 para pessoas físicas e 55 para pessoas jurídicas, e 5 (cinco) CATS, todas para pessoas físicas.

O Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para o debate econômico, através da disseminação da técnica e do conhecimento econômico. O principal evento foi realizado no dia 15 de agosto, em comemoração ao Dia do Economista, onde o Corecon-RJ promoveu o lançamento do livro "Os Loucos Anos 20" na livraria Leonardo da Vinci, no centro do Rio de Janeiro. O livro, uma iniciativa do Corecon-RJ, se debruça sobre temas abordados nas edições do Jornal dos Economistas entre 2020 e 2024.

O Corecon-RJ apoiou a divulgação do projeto "Cerveja, Economia e Democracia", promovido pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia – ABED, que consiste em uma série de encontros mensais que visam gerar oportunidades de conscientização pública sobre a importância do desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como da democracia na economia.

O Corecon-RJ tem apoiado financeiramente eventos promovidos por entidades que buscam o debate e a solução de problemas ligados à economia e à sociedade Brasileira, bem como Associações ligadas à Economia. Podem ser destacados: 6th International Workshop on Demand-Led Growth - Centro Celso Furtado & IE/UFRJ; IV Encontro Maranhense de Economia; Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2025; Jornal Gazetinha da Guanabara; XVIII ENCONTRO DA AKB; XIII Semana de Economia do Curso de Ciências Econômicas de Campos; XL CONGRSSO DA ANGE; Workshop Finanças Sustentáveis - Na Visão do Sul Global Rumo à COP 30; Prémio Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira 2025; 48º Encontro Nacional de Economia (ENECO 2025)

Os objetivos traçados para o exercício foram concluídos em parte ou, em alguns casos, estão em andamento. Apesar dos avanços, o cenário financeiro impõe cautela. A queda



nas receitas totais resultou em um déficit orçamentário em 2025. Portanto, o reequilíbrio das contas e a otimização de recursos serão as prioridades absolutas para o próximo exercício, garantindo a sustentabilidade da nossa autarquia.

Antonio dos Santos Magalhães
Presidente

2 – Visão geral organizacional e ambiente externo

2.1 – Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão:

Tabela 1: Identificação da Entidade

Identificação da Entidade	
Denominação Completa: Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ	
Denominação Abreviada: Corecon-RJ	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 29.168.010/0001-12
Principal Atividade: Fiscalização Profissional	Código CNAE: 84.11-6
Telefone: 21-2103-0178 FAX: 21-2103-0106	
Endereço Eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br	
Página na Internet: www.corecon-rj.org.br	
Endereço Postal: Av. Rio Branco, n.º 109, 19º andar. Centro. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.040-004	

2.1.1 – Finalidade e Competências Institucionais:

Fiscalização do exercício da profissão de economista e registro de pessoas jurídicas e físicas no estado do Rio de Janeiro.

2.1.2 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade:

- Normas de criação: Leis 1.411/51; 6.021/74; 6.206/75; 6.537/78; 6.839/80; 12.514/11. Decreto 31.794/52;
- Consolidação da legislação profissional do Economista editada pelo Conselho Federal de Economia;
- Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 1ª. Região – RJ;
- Resoluções Corecon-RJ n.º 01/2025 (Renovação do Terço do Plenário), n.º 02/2025 (Eleição do Presidente e Vice-Presidente), n.º 03/2025 (Designação da Comissão de Tomada de Contas), n.º 04/2025 (Designação da Comissão de Licitação) e n.º 05/2025 (Designação dos responsáveis pela movimentação financeira e assinatura de cheques).
- Composição acionária do capital social e participação em outras sociedades: Não se aplica

2.1.3 – Breve Histórico da Entidade:

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região é uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951; regulamentada pelo Decreto n.º

31.794, de 17 de novembro de 1952; com alterações dadas pelas Leis n.ºs 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e 6.537, de 19 de junho de 1978. O Corecon do Estado do Rio de Janeiro, por ser o regional mais antigo é denominado como "1ª Região".

2.2 – Estrutura Organizacional

Tabela 2: Estrutura Organizacional

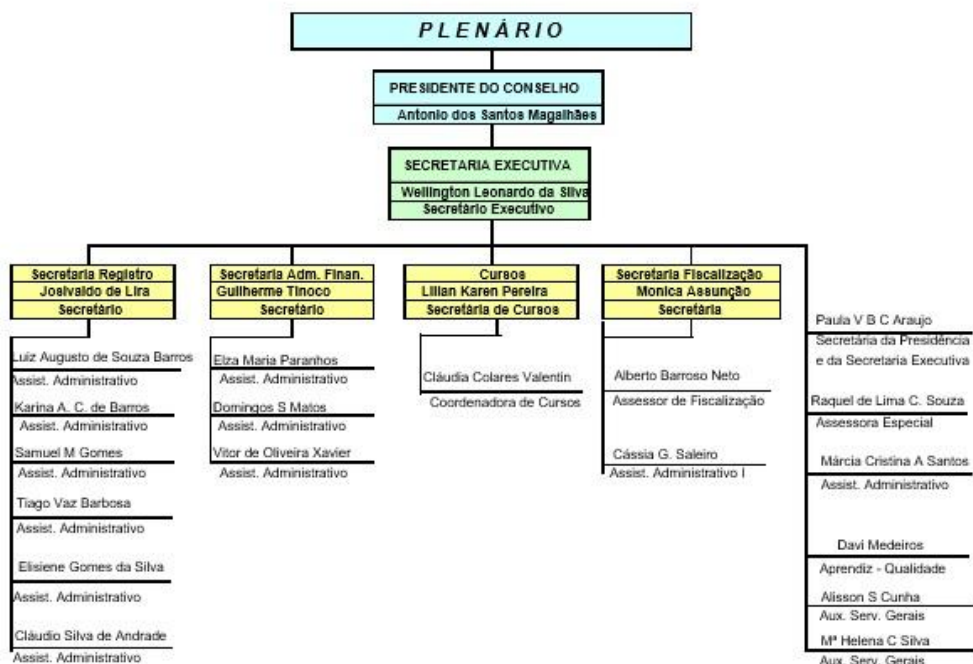
Áreas Estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
Plenário	Instância deliberativa máxima da Autarquia, integrado por 09 (nove) conselheiros efetivos, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com as disposições legais e infra legais mencionadas no subitem 1.2, responsável pela definição das macro ações a serem implementadas pelas Secretarias do Conselho	Não há titular para esta área	Conselheiro	Janeiro a Dezembro de 2025
Presidência	Órgão responsável pelo macro gerenciamento da Autarquia e acompanhamento da execução das ações definidas pelo Plenário, em função das competências jurídicas da Autarquia.	Antonio dos Santos Magalhães	Presidente	Janeiro a Dezembro de 2025
Secretaria Executiva	Órgão executivo encarregado de coordenar a ação de todas as demais secretarias na execução das atividades definidas pelo Plenário e pela Presidência da Autarquia.	Wellington Leonardo da Silva	Secretário Executivo	Janeiro a Dezembro de 2025
Secretaria de Administração e Finanças	Encarregada de coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades vinculadas à gerência financeira, gestão de pessoal, compras, contas a pagar e conservação e controle dos bens patrimoniais.	Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos	Secretário de Adm. e Finanças	Janeiro a Dezembro de 2025
Secretaria de Fiscalização	Encarregada de efetuar a fiscalização do exercício profissional das pessoas físicas e jurídicas que operam no campo da ciência econômica, monitorar a obediência à legislação profissional pelos economistas,	Monica Assunção Silva	Secretária de Fiscalização	Janeiro a Dezembro de 2025

	empresas, promotores de concursos públicos e da condução técnica dos processos de ética.			
Secretaria de Registro	Encarregada de efetuar os registros das pessoas físicas e jurídicas, da cobrança administrativa e jurídica das anuidades devidas pelos registrados e de suas relações institucionais com a Autarquia.	Josivaldo de Lira	Secretário de Registro	Janeiro a Dezembro de 2025
Secretaria de Cursos	Encarregada de gerenciar cursos de aperfeiçoamento profissional para os economistas e alunos de economia.	Lilia Karen Pereira dos Santos	Secretária de Cursos	Janeiro a Dezembro de 2025

Figura 1: Organograma

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - RIO DE JANEIRO

ORGANOGRAMA COMPLETO - 2025





2.3 - Ambiente externo

Apesar da melhora dos índices de desemprego no Rio de Janeiro, muitos economistas solicitaram cancelamento ou suspensão de registro em função do desemprego, além daqueles que continuam na situação de ativos e inadimplentes. A crise econômica que ainda assola o Estado do Rio de Janeiro, atingiu economistas, empresas e consultorias do ramo financeiro, elevando o número de cancelamentos de registros neste Regional.

2.4 - Modelo de Negócios

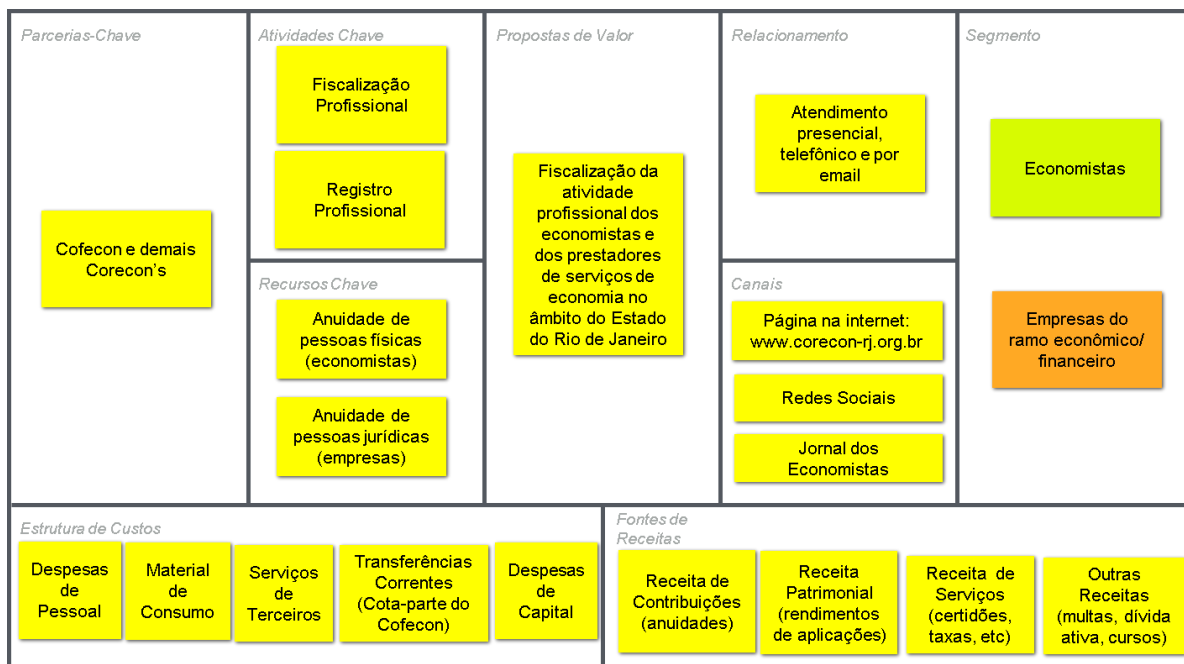
Conforme previsto na Lei nº 1.411 de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista, o Corecon-RJ possui as seguintes fontes de recursos:

Art 11. Constitui renda dos C.R.E.P:

- a) 4/5 das multas aplicadas;*
- b) 4/5 da anuidade prevista no artigo 17;*
- c) 4/5 da taxa de registro facultativo de qualquer contrato, parecer ou documento profissional, a ser fixada no regimento interno do C.F.E.P;*
- d) doações e legados;*
- e) subvenções dos governos.*

Das fontes de recursos previstas em lei, as anuidades correntes de economistas e empresas registrados são as que compõem a maior parte das receitas do Corecon-RJ. As demais fontes de recursos são multas arrecadadas pelo exercício ilegal da profissão; rendimentos de aplicações financeiras; emissão de carteiras e certidões; dívida ativa (anuidades em atraso) e receitas diversas (cursos e outros). Vinte por cento das receitas previstas em lei são repassadas ao Conselho Federal de Economia, que é o órgão responsável pela elaboração de normas e diretrizes para os conselhos regionais de economia. O modelo de negócios está ilustrado na Figura 2.

Figura 2: Modelo de Negócios



2.5 - Canais de acesso do cidadão:

O Corecon-RJ possui uma página na internet (www.corecon-rj.org.br) onde constam todas as informações relevantes às pessoas físicas e jurídicas registradas e ao público em geral. Entre os tópicos disponíveis na página, podemos destacar:

- Formalidades para o registro de pessoa física e jurídica: informações, formulários, documentação, etc;
- Jornal dos Economistas: versão em pdf de todas as edições do jornal a partir de 2001;
- Podcast “Entre Celsos e Marias”: Entrevistas e debates semanais sobre diversos temas da ciência econômica;
- Fiscalização: registro das ações da Secretaria de Fiscalização, espaço para apresentação de denúncias, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, etc;
- Legislação: leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão e as atividades do Corecon-RJ;
- Acesso a Informação: informações contábeis e financeiras dos últimos 5 anos e outras informações de gestão;

A página do Corecon-RJ conta ainda com diversos artigos, livros digitais, vídeos, convênios e informações sobre eventos promovidos por esta autarquia.

Em relação às formas de contato, a página do Corecon-RJ disponibiliza todos os telefones e e-mails dos responsáveis por cada secretaria ou setor.

Além da página na internet, o Corecon-RJ possui ainda contas nas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter; e perfis nas plataformas de vídeo Youtube e Tik Tok.



3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3.1 – Cobrança de anuidades:

Responsável por mais da metade das receitas, a cobrança de anuidades correntes é a principal fonte de recursos do Corecon-RJ. Portanto, qualquer variação no índice de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, assim como o fluxo de novos registros e cancelamentos, impacta diretamente nas finanças da autarquia. De forma a mitigar a inadimplência, o Corecon-RJ possui um controle sistemático em relação à cobrança de anuidades vigentes e passadas, fazendo recobranças periódicas de inadimplentes. Ainda assim, perdurando a inadimplência, o Corecon-RJ faz anualmente inscrições em dívida ativa e execução fiscal.

3.2 – Legislação

Quanto a obediência às leis e regulamentos, o Corecon-RJ segue às determinações do Tribunal de Contas da União, do Conselho Federal de Economia e às leis que regem a Administração Pública, em especial as Leis 4320/63 e 14133/21 e suas alterações. O Corecon-RJ conta com uma Assessoria Jurídica externa para auxiliar em quaisquer demandas de natureza jurídica.

3.3 – Gestão de Pessoal:

Conforme determinação do TCU e STF, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Para dar conta de eventuais ações de cunho trabalhista, o Corecon-RJ possui Assessoria Jurídica especializada em direito do trabalho.

3.4 – Aplicações financeiras:

O Corecon-RJ segue as determinações do TCU quanto a aplicação financeira. Os recursos estão aplicados em fundo lastreado em títulos públicos, eliminando qualquer risco de perdas com investimentos (Acórdão TCU 03/2003– Ata 01/2003 – Plenário; Acórdão TCU 120/2003 - Ata 05/2003 – Plenário). Em 2025, os recursos foram mantidos no fundo BB Setor Público Diferenciado, que possui maior liquidez e é lastreado em títulos públicos.

4 – Governança, Estratégia e Desempenho

4.1– Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2025 teve como fio condutor a linha de planejamento estratégico, iniciado há 23 anos na Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade, de forma a capacitá-la para o cumprimento de sua missão institucional, tendo como prioridades os esforços para promover a valorização profissional do economista; a fiscalização do exercício profissional; garantir a potencialidade da capacidade financeira via ingresso de novos registros, manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, pela ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e imprensa.

As ações que compunham o Plano de Trabalho foram classificadas em cinco projetos, a saber:

- Projeto 1 – Valorização da profissão
- Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora
- Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa
- Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira
- Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional

4.1.1 – Valorização da Profissão

4.1.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais Conselhos Regionais e o Conselho Federal;

4.1.1.2 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do economista a partir da legislação existente;

4.1.1.3 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

4.1.1.4 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições;

4.1.1.5 – promover encontro com os coordenadores dos cursos de economia das Universidades do Estado;

4.1.1.6 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado;

4.1.1.7 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários;

4.1.1.8 – realizar a Gincana Estadual de Economia;

4.1.1.9 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado;

4.1.1.10 – promover o prêmio de Dissertação de Mestrado Carlos Lessa;

4.1.1.11 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor;

4.1.1.12 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista;

4.1.1.13 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista;

4.1.1.14 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet;

4.1.1.15 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico;

4.1.1.16 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional.

4.1.1.17 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho;

4.1.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

4.1.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases;

4.1.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos;

- 4.1.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir;
- 4.1.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos;
- 4.1.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização;
- 4.1.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado;
- 4.1.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro;
- 4.1.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam;
- 4.1.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas;
- 4.1.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro;
- 4.1.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica;
- 4.1.2.12 – firmar convênio com o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior;
- 4.1.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional;
- 4.1.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionadas aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão;
- 4.1.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental;

- 4.1.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional;
- 4.1.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria;
- 4.1.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional;
- 4.1.2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro;
- 4.1.2.20 – elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas;
- 4.1.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas;
- 4.1.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais;
- 4.1.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista;
- 4.1.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa
 - 4.1.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno;
 - 4.1.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais;
 - 4.1.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental;
 - 4.1.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos;
 - 4.1.3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso;
 - 4.1.3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas;
 - 4.1.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão;

4.1.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos;

4.1.3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados;

4.1.3.10 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia;

4.1.3.11 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na Sereg, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos;

4.1.4 – Potencialização da capacidade financeira

4.1.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes;

4.1.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário;

4.1.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos;

4.1.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas;

4.1.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização;

4.1.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional;

4.1.4.7 – manter a política de aplicação das reservas financeiras em títulos públicos;

4.1.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las;

4.1.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

4.1.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil;

4.1.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional;

- 4.1.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico;
- 4.1.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento;
- 4.1.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições;
- 4.1.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica;
- 4.1.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares;
- 4.1.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica;
- 4.1.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica;
- 4.1.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos;
- 4.1.5.11 – disponibilizar a sala anteriormente cedida ao Fórum Popular do Orçamento, para utilização de Economistas em situação regular com o Conselho, que necessitem de espaço para reuniões de trabalho;
- 4.1.5.12 - contribuir na viabilização do Congresso Brasileiro de Economia de 2025;
- 4.1.5.13 – dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto de Comunicação para o Corecon-RJ.

5 – Descrição das estruturas de governança

5.1. –Comissões de Trabalho:

Em 2025, atuaram doze comissões de trabalho, criadas pelo Plenário, compostas pelos seguintes conselheiros não remunerados:

5.1.1 – Alienação de bens

Conselheiro Luis Gustavo Vieira Martins



5.1.2 – Conselho Editorial do Jornal dos Economistas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes
Conselheiro Gustavo Souto de Noronha
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro João Hallak Neto
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro Fernando D' Angelo Machado
Conselheiro Anderson Carlos Nogueira Oriente
Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva
Economista Paulo Sergio Souto
Economista João Manoel Gonçalves Barbosa

5.1.3 – Cursos

Conselheiro Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Conselheiro Gustavo Souto de Noronha
Conselheiro Anderson Carlos Nogueira Oriente
Conselheiro Antonio José Alves Junior

5.1.4 – Licitações

Conselheiro Luiz Gustavo Vieira Martins (Titular)
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes (Suplente)
Funcionários: Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos e Mônica Assunção Silva

5.1.5 – Política Econômica

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro João Hallak Neto
Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes
Conselheiro Antonio José Alves Junior
Conselheiro Fernando D' Angelo Machado
Conselheiro Luiz Gustavo Vieira Martins
Conselheiro Mauro Osório da Silva
Conselheiro Anderson Carlos Nogueira Oriente
Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva

5.1.6 – Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado

Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro Antonio José Alves Junior

5.1.7 – Relações com instituições acadêmicas

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Conselheiro Anderson Carlos Nogueira Oriente
Conselheiro João Hallak Neto
Conselheiro Antonio José Alves Junior

5.1.8 – Semana do Economista

Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

5.1.9 – Tomada de Contas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Antonio José Alves Junior
Conselheiro João Hallak Neto
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Fernando D' Angelo Machado
Conselheiro Gustavo Souto de Noronha

5.1.10 – Comunicação

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro Gustavo Souto de Noronha
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro Fernando D' Angelo Machado

5.1.11 – Seleção de Artigos Publicados no Jornal dos Economistas para Edição de Coletânea

Conselheiro Antonio José Alves Junior
Conselheiro Fernando D' Angelo Machado
Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

5.2 – Relação dos dirigentes:

5.2.1 – Conselheiros Efetivos

1º TERÇO: (2023-2025)

Arthur Camara Cardozo
Marcelo Pereira Fernandes
Sidney Pascoutto da Rocha

2º TERÇO: (2024-2026)



Antônio dos Santos Magalhães
Fernando D'Angelo Machado
Luis Gustavo Vieira Martins

3º TERÇO: (2025-2027)
José Antonio Lutterbach Soares
Antonio José Alves Junior
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

5.2.2 – Conselheiros Suplentes

1º TERÇO: (2023-2025)
Gustavo Souto de Noronha
João Hallak Neto
Regina Lúcia Gadiolli dos Santos

2º TERÇO: (2024-2026)
Juliana Duffles Donato Moreira
Gilberto Caputo Santos
Flávia Vinhaes Santos

3º TERÇO: (2025-2027)
Anderson Carlos Nogueira Oriente
Mauro Osório da Silva
José Ricardo de Moraes Lopes

5.3 – Estrutura Administrativa: Todos os ocupantes a partir daqui são empregados remunerados.

5.3.1 – Secretaria Executiva: Encarregada da supervisão de todas as demais secretarias e da execução das ações definidas pelo Plenário.

Composição:

Secretário Executivo: Chefia a Secretaria e todas as demais. Wellington Leonardo da Silva.

Secretária do Presidente e do Secretário Executivo: Paula Vanessa Bastos C. de Araújo
Assessora Esp. da Secretaria Exec. e Presidência: Raquel de Lima da Cunha e Souza

Assistente Administrativo: Márcia Cristina Ayres dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais: Alisson Souza Cunha

Auxiliar de Serviços Gerais: Maria Helena Conceição da Silva

Aprendiz- Qualidade em Serviços Administrativos: Davi Medeiros da Silva

5.3.2 – Secretaria de Administração e Finanças: Encarregada da gestão de pessoal, contas a pagar, compras e manutenção e do acompanhamento da execução de contratos e da



interface com a contabilidade. Seu ocupante é o substituto do Secretário Executivo em seus impedimentos.

Composição:

Secretário de Adm e Finanças: Guilherme Tinoco O. dos Anjos.

Assistente Administrativo: Elza Maria Paranhos de Andrades

Assistente Administrativo: Domingos da Silva Matos

Assistente Administrativo: Vitor de Oliveira Xavier

5.3.3 – Secretaria de Registros: Encarregada do registro das pessoas físicas e jurídicas, emissão da carteira de identidade profissional dos economistas, das interfaces dos registrados com a Autarquia, da cobrança das anuidades devidas e da relação com a Assessoria Jurídica nos processos de execução fiscal e nos derivados de cancelamentos de registros.

Composição:

Secretário de Registro: Josivaldo de Lira.

Assistente Administrativo: Samuel Moreira Gomes

Assistente Administrativo: Elisiene Gomes da Silva e Silva

Assistente Administrativa: Karina Aparecida Costa de Barros

Assistente Administrativo: Thiago Vaz Barbosa

Assistente Administrativo: Cláudio Silva de Andrade

Assistente Administrativo: Luiz Augusto de Souza Barros

5.3.4 – Secretaria de Fiscalização: Encarregada da fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, que exercem a profissão, do monitoramento dos concursos públicos e das ofertas de trabalho existentes no mercado, de forma a preservar as prerrogativas profissionais dos economistas, da instrução e condução dos processos de ética profissional e da relação com a Assessoria Jurídica no que diz respeito aos processos administrativos sob sua responsabilidade.

Composição:

Secretária de Fiscalização: Monica Assunção Silva.

Assessor de Fiscalização: Economista Alberto Barroso Neto

Assistente Administrativo I/Fiscalização: Cássia Gammara Saleiro

5.3.5 – Cursos: Responsável pela gestão dos cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Autarquia.

Composição:

Secretária de Cursos: Lilia Karen Pereira dos Santos

Coordenadora: Sra. Claudia Oliveira Colares Valentim

5.3.6 – Assessorias Externas:

Contábil: Manager, Auditoria, Consultoria e Contabilidade Ltda.

Jurídica: Cacau de Brito, Pires Ferreira, Barcelos Romeiro, Sociedade de Advogados

Imprensa: Diagrama Comunicação



Informática: Spectranet Consultoria Ltda

5.4 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

No que diz respeito à estrutura e procedimentos de controles internos a responsabilidade é da Secretaria de Administração e Finanças supervisionada pela Secretaria Executiva. Eles também são analisados e checados pela Assessoria Contábil externa, pela Comissão de Tomada de Contas interna e pelo Plenário que discute e aprova ou não seus relatórios, e pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Economia e por seu Plenário, que analisam e aprovam, ou não, as prestações de contas trimestrais e anuais.

5.5 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada:

Em 2025 não foi contratada empresa de auditoria independente

5.6 – Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos:

Não foram apontadas quaisquer não-conformidades e ilícitos por parte das Comissões de Tomada de Contas interna e externa.

5.7 - Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

5.7.1 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Corecon-RJ ainda não possui um sistema específico de avaliação capaz de medir a satisfação dos registrados e do público em geral, porém as reclamações são destinadas e tratadas no âmbito de cada secretaria.

5.7.2 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A página do Corecon-RJ na internet possui um item destinado a Prestação de Contas, onde são apresentados todos os pagamentos efetuados por mês pelo Corecon-RJ nos últimos cinco anos, contendo data, beneficiário, descrição das despesas e valores. São apresentados ainda os balancetes orçamentários e financeiros de cada exercício – Comparativo de Receitas e Despesas, Balanço Financeiro, Demonstrativo de Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial. Além da Prestação de Contas, consta também um link específico de “Acesso a Informação” com todas as informações relevantes sobre a gestão da unidade.

5.7.3 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Corecon-RJ está localizado num prédio comercial, que conta com quatro elevadores em frente à portaria, portanto não há qualquer obstáculo para o acesso de pessoas deficientes. Os dois andares pertencentes ao Corecon-RJ são planos, não havendo qualquer problema de mobilidade. Mesmo assim, em alguns casos especiais e havendo necessidade presencial, quando comprovada a dificuldade de locomoção, o Corecon-RJ envia um portador à residência do registrado ou interessado.

A Secretaria de Registro, através de solicitação, remete as carteiras de identidade profissional, via correio, aos economistas que residem fora do município do Rio de Janeiro.

5.8 – Valor gasto com Fiscalização

Em 2025, o valor gasto com a atividade-fim do Corecon-RJ, Fiscalização, foi de R\$ 518.389,52. Este valor engloba os gastos com salários, encargos, benefícios, etc. O Corecon-RJ não possui automóveis e telefones celulares.

5.9 – Valor gasto com Diárias de Conselheiros

Na tabela abaixo constam os valores totais de diárias concedidas aos Conselheiros, empregados e convidados no exercício de 2025. As diárias foram concedidas em função de viagem para eventos de interesse do Corecon-RJ e localizados fora da cidade do Rio de Janeiro. Não há pagamento de jetons e outros benefícios aos Conselheiros em virtude do cargo.

Tabela 3: Total gasto com diárias

FAVORECIDO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS CONCEDIDAS	VALOR TOTAL DE DIÁRIAS	VALOR TOTAL DE PASSAGENS
ANDERSON CARLOS N. ORIENTE	9	R\$ 8.784,00	R\$ 5.135,18
ANTONIO DOS SANTOS MAGALHÃES	23	R\$ 24.400,00	R\$ 11.364,41
ANTONIO JOSÉ ALVES JUNIOR	4	R\$ 3.904,00	R\$ 2.803,90
ARTHUR CÂMARA CARDOZO	4	R\$ 3.904,00	R\$ 1.693,07
GUILHERME TINOCO OLIVEIRA DOS ANJOS	5	R\$ 4.880,00	R\$ 1.912,65
JOSÉ ANTONIO LUTTERBACH SOARES	3	R\$ 2.928,00	R\$ 1.222,73
JOSÉ RICARDO DE MORAES LOPES	3	R\$ 2.928,00	R\$ 2.429,26
JOSIVALDO DE LIRA	5	R\$ 4.880,00	R\$ 1.849,43
KAIO SOUSA MASCARENHAS PIMENTEL	1	R\$ 976,00	R\$ 774,99
LUIS GUSTAVO VIEIRA MARTINS	4	R\$ 3.904,00	R\$ 1.172,52
MARCELO PEREIRA FERNANDES	8	R\$ 7.808,00	R\$ 4.019,17
MONICA ASSUNÇÃO SILVA	5	R\$ 4.880,00	R\$ 2.075,12
REGINA LÚCIA GADIOLI DOS SANTOS	7	R\$ 6.832,00	R\$ 2.627,90
ROSA MARIA MARQUES	1	R\$ 976,00	R\$ 1.448,30
SIDNEY PASCOUTTO DA ROCHA	18	R\$ 13.664,00	R\$ 6.431,14
WELLINGTON LEONARDO DA SILVA	9	R\$ 8.784,00	R\$ 1.464,02

TOTAL	R\$ 104.432,00	R\$ 48.423,79
-------	----------------	---------------

6 – Resultados e Desempenho da Gestão:

6.1- Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Conforme ações detalhadas no item 4.1, seguem os resultados quantitativos e qualitativos alcançados para as ações previstas no exercício de 2025:

6.1.1 – Valorização da Profissão

6.1.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais Conselhos Regionais e o Conselho Federal: A atuação restringiu-se aos processos de fiscalização no Estado.

6.1.1.2 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do economista a partir da legislação existente: a Secretaria de Fiscalização atualiza, todos os anos, o folder que é entregue com todas as atividades desempenhadas no ano anterior. Ademais, esclarecimentos pontuais são fornecidos às pessoas físicas e jurídicas que entram em contato com a Secretaria, assim como participação em eventos, visando disseminar o conhecimento e trocar experiência com outros Corecons.

6.1.1.3 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Foi localizada, no site do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, uma listagem contendo todos os economistas peritos autorizados a atuar em processos judiciais. Segundo informações no próprio site, essa listagem é atualizada todo mês, o que facilitaria o trabalho desta Secretaria de Fiscalização no sentido de acompanhar o número de economistas peritos cadastrados, e suas situações cadastrais e financeiras junto ao Corecon-RJ, mas verificase que não é tão bem atualizada. A última verificação feita em 2025 foi no mês de novembro – última atualização disponibilizada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro no ano, onde foram identificados 180 (cento e oitenta) peritos economistas atuando no Estado do Rio de Janeiro. Deste total, 28 (vinte e oito) estavam com algum débito com o Corecon-RJ. Os profissionais serão notificados no ano de 2026. Ademais, 1 (um) consta como suspenso no cadastro, 05 (cinco) como cancelados e 18 (dezoito) com registro em outro Corecon. Os casos serão analisados individualmente, também em 2026. A Secretaria de Fiscalização irá enviar novamente um Ofício solicitando a retirada dos profissionais cancelados e/ou suspensos da listagem, como feito em 2022 e 2025.

6.1.1.4 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições: A Secretaria de Fiscalização acredita que conseguiu estabelecer uma

maior interação após ter assumido a Gincana dos Estudantes e o Desafio “Quero ser Economista”. Em 2025, a dupla da UFRJ (Danilo Ponciano dos Santos e Lucas da Silva Duda) obteve a segunda colocação na Gincana, e a estudante Natália de Souza Tavares, da cidade de Nova Iguaçu, foi a terceira colocada nacional do Desafio Quero ser Economista. O Rio de Janeiro ainda teve mais um representante na lista dos dez primeiros colocados, onde o aluno Pedro Henrique Pereira Fassini obteve a quinta colocação.

6.1.1.5 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado: Houve somente um encontro com os estudantes de economia, realizado na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio em novembro de 2025, onde estavam presentes o Presidente do Corecon-RJ à época, o Secretário Executivo e a Secretária de Fiscalização, que fizeram a apresentação do Conselho e tiraram dúvidas sobre a atuação e os resultados obtidos.

6.1.1.6 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado: O Corecon-RJ não é acionado para atuar no encontro anual das Universidades do Estado. Ao pesquisar, não foi identificado nenhum encontro anual, somente ações realizadas individualmente por cada Universidade, como foi o caso da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, descrita no item anterior. O Corecon-RJ sempre apoia e se coloca à disposição para auxiliar no que a Universidade considerar necessário.

6.1.1.7 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários: Todos os anos a Secretaria de Fiscalização atualiza o material disponibilizado os Economistas e estudantes de economia. Ademais, o site do Corecon-RJ possui, no campo de Legislação, o item de Áreas de atuação do Economista, que pode ser acessado por qualquer visitante.

6.1.1.8 – realizar a Gincana Estadual de Economia: No ano de 2025, a Secretaria de Fiscalização auxiliou o Conselho Federal de Economia na realização da XIV Gincana Nacional de Economia. Diferentemente dos outros anos, não houve etapa regional promovida pelo Conselho Regional, e sim pelo próprio Conselho Federal, ficando a cargo do Corecon-RJ apenas a seleção dos melhores vídeos enviados pelos alunos finalistas da etapa regional. Foram 16 duplas inscritas e as 6 melhores se classificaram para a segunda fase, de análise de vídeo pela Comissão formada por Conselheiros do Corecon-RJ. A dupla Danilo Ponciano dos Santos e Lucas da Silva Duda, da UFRJ, foi campeã da etapa regional e ficaram em segundo lugar na etapa nacional.

6.1.1.9 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado: No ano de 2025, 10 instituições de ensino participaram do certame, tendo sido inscritos 25 trabalhos. Os ganhadores foram: 1º lugar UFF Campos, 2º lugar Mackenzie Rio e 3º lugar UFF Gragoatá.

6.1.1.10 – promover o prêmio de Dissertação de Mestrado Carlos Lessa: Ação não realizada em virtude de decisão Plenária.

6.1.1.11 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor: A ação implementada em 2013, visando a fiscalização das Prefeituras do Rio de Janeiro, teve o objetivo de divulgar o elenco de atividades profissionais para as quais o Economista está capacitado. Essa atividade teve continuidade no ano de 2025.

6.1.1.12 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista: Em 2025, a Secretaria de Fiscalização atuou nos Concursos Públicos da SEMCONGER (Secretaria Municipal de Controle Geral de Nova Iguaçu), do Pré-Sal Petróleo S.A., da SEFAZ (Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro) e do CNU 2025 (Concurso Nacional Unificado). Foram verificadas também situações em duas Prefeituras: Pinheiral e Barra Mansa. No caso de empresas de recursos humanos, a Secretaria de Fiscalização verificou que, hoje em dia, com a ferramenta LinkedIn, muitas empresas estão oferecendo as vagas diretamente através dessa rede profissional, sem a intermediação de empresas de recursos humanos. Foram 16 processos abertos diretamente para empresas que, apesar de não serem prestadoras de serviços na área de economia e finanças, estavam ofertando vagas para atuar com atividades privativas/inerentes à profissão de economista. A maioria das empresas preferiu retirar as atividades da área de economia e finanças, mas obtivemos 01 registro de pessoa física e a alteração de requisitos em alguns casos, onde foi incluída a obrigatoriedade de registro em Conselho Regional de Economia para os Bacharéis em Ciências Econômicas. Como as vagas eram destinadas para profissionais que possuíam também outras graduações, nem sempre o selecionado era formado em economia, o que não resultou no registro do mesmo.

6.1.1.13 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista: A Secretaria de Fiscalização pretendia realizar, no ano de 2025, uma pesquisa para o levantamento das principais organizadoras de concursos públicos, cujo objetivo seria o envio de Ofício informativo da profissão do economista, mas como esteve com um funcionário a menos durante todo o ano de 2025 e com processos em andamento, priorizou dar continuidade aos processos, visando ao aumento do número de registrados. Ademais, será solicitado ao Cofecon que realize uma ação junto as maiores empresas do Brasil, visando reforçar a importância da contratação de economistas, uma vez que muitas estão substituindo o cargo de Economista por cargos como Analista ou Tecnologistas, e contratando profissionais com as mais diversas graduações para desempenho de atividades na área de economia e finanças, desrespeitando o que determina a Lei 1411/51.

6.1.1.14 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet: Esta tarefa é realizada de acordo com a demanda, que chega por e-mail, ou através de verificação por partes dos funcionários da Secretaria de Fiscalização.

6.1.1.15 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico: Essa divulgação ocorre de maneira permanente no site do Corecon-RJ, e pelo menos duas vezes por ano através de publicação no Jornal dos Economistas. Foram emitidas 97 ARTS, 42 para pessoas físicas e 55 para pessoas jurídicas; e 5 CATS, todas para pessoas físicas

6.1.1.16 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional: A parte de financiamento não é de responsabilidade da Secretaria de Fiscalização, mas a aproximação com os estudantes se dá através da realização da Gincana, do Desafio “Quero ser Economista”, e de demandas pontuais, com a participação em eventos para divulgação do Corecon-RJ. Com as vitórias em ambos os projetos, já mencionadas anteriormente, a expectativa é de crescimento de inscrições para os anos seguintes.

6.1.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

6.1.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases: Após a adoção de planilha de controle dos prazos dos processos administrativos de fiscalização, e do manual de elaboração dos procedimentos ético-profissionais, ambos os tipos de processos começaram a ser tratados de maneira mais eficaz e com maior celeridade, o que pode ser comprovado através da redução do tempo médio de andamento dos referidos processos. Ademais, com a implementação do SEI em 2026, a Secretaria de Fiscalização acredita que terá maior controle e eficácia no andamento dos processos em geral.

6.1.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos: Dos 30 (trinta) registros oriundos de ações realizadas pela Secretaria de Fiscalização no ano de 2025, apenas dois (dois) foram de reativação de registro cancelado. Com relação a registros provisórios vencidos, a Secretaria de Fiscalização não conseguiu identificar nenhuma situação. Em 2023, foi gerado um relatório sobre os registros de credenciais de estudantes, resultando em 537 (quinhentos e trinta e sete) registros. Com apenas dois fiscais, verificar a situação atual de cada registro de estudante demanda muito tempo, pois ainda existem os processos em andamento e as outras rotinas do setor. A verificação, tanto

dos estudantes como dos registros provisórios, precisará de tempo para ser realizada, e se realizará de forma contínua ao longo dos anos.

6.1.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir: A Secretaria promove, de maneira pontual, ação de quitação de débitos de anuidades de pessoas físicas e jurídicas. Além disso, no final de 2025, a Secretaria de Fiscalização verificou que vários economistas que são peritos no TJ-RJ estão com débitos no Corecon-RJ. Serão enviados e-mails informando sobre o débito em 2026. A Secretaria de Registro, por sua vez, promoveu o saneamento de 251 processos, sendo 207 relativos a Pessoa Física e 44 relativos a Pessoa Jurídica.

6.1.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos: Foi apenas 1 (um) registro oriundo da Fiscalização com a finalidade de assumir responsabilidade técnica de empresa prestadora de atividades na área de economia e finanças. Normalmente essa demanda ocorre de forma pontual, através de informação dada pela Secretaria de Registros. Após o aprendizado sobre geração de relatórios no novo sistema implementado em 2023, a Secretaria de Fiscalização também poderá emitir listagem das empresas sem economista responsável, visando sanar essa irregularidade. A ação será analisada e implementada em 2026.

6.1.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização: Em 2025 foram realizados 09 (nove) encaminhamentos à Secretaria de Fiscalização para verificação do suposto exercício das atividades privativas de economista sem o devido registro, sendo 06 (seis) de pessoas físicas e 03 (três) de pessoas jurídicas.

6.1.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado: Somente 02 (dois) dos 30 (trinta) registros novos foi de reativação de registro cancelado. No caso das pessoas jurídicas, é muito raro de verificar, pois normalmente o cancelamento ocorre ou por encerramento das atividades, e no caso, de extinção de número de CNPJ, ou por decisão judicial, o que impede a Secretaria de Fiscalização de instaurar um novo processo administrativo.

6.1.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro: houve abertura de 06 processos contra empresas do mercado financeiro em 2025, visando obtenção de informação sobre seus funcionários.

6.1.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam: Ação não foi desenvolvida em 2025, tendo sido realizada apenas parcialmente, através de verificações pontuais. Ação prevista para 2026, caso o quadro de funcionários da Secretaria de Fiscalização seja preenchido.

6.1.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas: A ação é contínua e, após a abertura dos processos de fiscalização contra as Prefeituras do Rio de Janeiro, a Secretaria de Fiscalização já possui a informação de que diversas delas estão agindo dentro da Lei, com economista responsável pelas Secretarias atuando na área de economia e finanças do município. Assim, a Secretaria de Fiscalização entende que vem mantendo a política de executar ações de fiscalização nos Órgãos citados.

6.1.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro: Até o final de 2025, 06 (seis) processos permaneciam abertos, com multas aplicadas e cobradas judicialmente através de ação de execução fiscal, ainda sem resultado.

6.1.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica: Como fonte de pesquisa para encontrar profissionais com esse perfil, as redes sociais e internet se mostram mais eficazes, onde se verifica que, dos 30 novos registros em 2025, 21 foram através da utilização da ferramenta LinkedIn, e 9 através de pesquisas no site das empresas ou Contrato Social da empresa, fruto da fiscalização do Corecon-RJ. Nota-se que o LinkedIn é uma importante ferramenta, representando 70% dos registros realizados através da Secretaria de Fiscalização em 2025. No caso das pessoas jurídicas, foram 17 registros, sendo 12 registros derivados da pesquisa através da JUCERJA, e 5 obtidos através de pesquisas na internet ou derivada da ação do CRA-RJ. Um bom convênio com a JUCERJA poderia gerar números ainda maiores, pois representa uma ferramenta bastante eficaz, com 70% dos registros em 2025

6.1.2.12 – firmar convênio com a e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior: Em 2022, através de pesquisas no próprio site da JUCERJA, a Secretaria de Fiscalização identificou uma forma de realizar pesquisas, através do nome, para identificar empresas de consultoria econômica. Foram identificadas, naquele ano, 13 empresas, e foram instaurados processos para todas. Em 2025, a Secretaria de Fiscalização deu continuidade as ações implementadas em 2022, o que resultou em um número alto de registro de pessoas jurídicas – 12 (doze) registros.

6.1.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional: Essa atividade está relacionada com todas as outras voltadas à aproximação do Corecon-RJ com as Universidades (itens 6.1.1.5, 6.1.1.6, 6.1.1.7 e 6.1.1.8), com a realização da Gincana e do Desafio “Quero ser um Economista”, mas a Secretaria de Fiscalização observa que essa relação se estabelece mais entre alunos e Corecon-RJ do que entre as diretorias de faculdades de economia e o Corecon-RJ.

6.1.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão: Todos os anos o folder disponibilizado para o público é atualizado pela Secretaria de Fiscalização. Ademais, dúvidas sobre os aspectos legais que envolvem a profissão são sanadas pontualmente.

6.1.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental: A Secretaria de Fiscalização tentou programar essa ação para o ano de 2017, mas não encontrou fontes de pesquisa confiáveis. Com a utilização do convênio da JUCERJA, que gerou abertura de muitos processos de fiscalização, a pesquisa para identificação das possíveis empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental ficou para 2018, e anos subsequentes. Em 2019, não obtivemos resultados positivos para essa ação. Já no ano de 2020 e 2021, essa ação não pôde ser realizada em função da pandemia. Em 2022, ao tentar retomar a atividades, verificamos que muitos dados estavam defasados. Como não foi renovado o convênio com a JUCERJA, a ação foi adiada para 2023, onde a Secretaria de Fiscalização tentou obter uma nova fonte de pesquisa para identificar empresas que estejam atuando nessa área, e identificou, em dezembro de 2023, após consulta realizada pelo nome na JUCERJA, 43 empresas que possuem SOCIOAMBIENTAL em sua razão social.

6.1.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior, mas, através da pesquisa realizada na JUCERJA, utilizando o termo ECONOMIA INTERNACIONAL, a Secretaria de Fiscalização não obteve resultado. Dessa forma, será pesquisada uma nova forma de pesquisa para tentar implementar tal ação em 2026.

6.1.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria: A ação será iniciada, de forma gradual, no ano de 2026

6.1.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional: No ano de 2025 não foi verificada a abertura de consultorias econômicas por professores, pois a forma de pesquisa disponibilizada pela JUCERJA não permite tal detalhamento.

6.1.2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro: Com a possibilidade de implantação dos serviços online ainda em 2026, a Secretaria de Fiscalização acredita que conseguirá atingir as empresas e economistas que não estão lotadas na capital.

6.1.2.20 – elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas: No ano de 2024, foram abertos 103 (cento e três) processos, sendo 43 (quarenta e três) de pessoas físicas e 60 (sessenta) para pessoa jurídica. Já no ano de 2025, foram instaurados 126 (cento e vinte e seis) processos, sendo 68 (sessenta e oito) de pessoas físicas e 58 (cinquenta e oito) de pessoas jurídicas.

6.1.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas: A Secretaria de Fiscalização obteve no ano de 2024, o resultado de 36 registros de pessoas físicas e 20 de pessoas jurídicas. Já no ano de 2025, foram 30 registros de pessoas físicas e 17 de pessoas jurídicas. No caso das pessoas físicas, houve uma queda de aproximadamente 16% no número de registros, comparado ao ano de 2024. No caso das pessoas jurídicas, houve uma queda de aproximadamente 15% no número de registros, comparado ao ano de 2024.

6.1.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais: No final de 2025, existiam apenas 2 processos éticos em andamento, que ainda não foram encerrados, pois as penalidades aplicadas possuem validade de 05 anos. Os processos só serão encerrados após o término dos prazos. Após a elaboração do roteiro de processos éticos, todos estão sendo conduzidos da forma correta e finalizados dentro de prazo razoável.

6.1.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista: A Secretaria está sempre atuando para melhorar os procedimentos de fiscalização. Participou da elaboração do Manual da Fiscalização, em 2019, com o intuito de unificar os procedimentos de fiscalização de todo sistema COFECON/CORECONs, e atualizar a Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista. É sempre procurada pelo Cofecon para analisar casos considerados importantes para o sistema. Em 2022, a Secretária de Fiscalização participou, como palestrante, do Treinamento de Fiscalização do Sistema COFECON/CORECON, procurando dividir conhecimentos e sugerir alterações em procedimentos identificados ineficazes na rotina do cotidiano. Por se tratar de ação contínua, a Secretaria sempre atua de forma pontual, quando verifica alguma necessidade de alteração. Em outubro de 2025, auxiliou novamente na atualização do Manual de Procedimentos de Fiscalização.

6.1.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

6.1.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno: Esta ação foi realizada de forma contínua ao longo de todo o exercício, por meio de reuniões individuais com os funcionários, à medida que eram identificadas situações em que o atendimento não se mostrava satisfatório, seja em razão do fornecimento de informações incompletas, da demora no atendimento às solicitações ou de ações e/ou posturas incompatíveis com um atendimento adequado.

6.1.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou demora no atendimento de solicitações, através do atendimento telefônico ou através do atendimento via e-mail. Iniciou-se a implantação dos serviços on-line oferecidos pelo sistema BRC, abrangendo as seguintes fases: mapeamento dos serviços, autorização para desenvolvimento, acompanhamento, homologação e treinamento dos usuários. Nessa modalidade, todos os serviços oferecidos pelo Conselho — como registro, cancelamento e suspensão, entre outros — poderão ser realizados remotamente. Assim, economistas e empresas, de qualquer parte do Brasil ou do exterior, terão acesso aos serviços disponibilizados pelo Conselho, desde que possuam acesso à internet, o que contribuirá para a redução dos custos operacionais. A conclusão da implantação dos serviços está prevista para o exercício de 2026.

6.1.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental: A reestruturação da Secretaria ocorre de forma contínua ao longo do exercício, à medida que são realizadas ações voltadas à melhoria dos fluxos internos, garantindo que os serviços prestados a economistas e empresas sejam executados de maneira mais ágil e satisfatória. Os novos procedimentos e ações surgidos no dia a dia da Secretaria ainda não foram compilados em manual. Sempre que novos procedimentos são implementados ou melhorias são feitas nos já existentes, estes são encaminhados aos funcionários do setor por e-mail, com esclarecimentos e solicitação de cumprimento. Paralelamente, os documentos são salvos e armazenados para posterior utilização na confecção do manual. Iniciou-se, em março de 2015, o trabalho de saneamento geral de todo o acervo dos processos administrativos de economistas, empresas e estudantes, começando pelo acervo dos processos de economistas. A atividade consistiu em organizar o termo de abertura, colocar os autos dos processos em ordem cronológica, paginar os autos e substituir a capa, quando necessário. Para a execução desse trabalho, os funcionários da SEREG dedicavam diariamente uma hora ao arquivo. O saneamento dos processos de economistas foi concluído em 2025.

6.1.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos: Neste exercício foram dadas continuidades aos processos e fluxos internos já aprimorados nos exercícios anteriores, não tendo sido planejada e/ou realizada nenhuma ação de melhoria

6.1.3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso: Esta ação foi realizada e concluída, uma vez que, com a migração para o novo sistema cadastral (BRC), todas as empresas que se encontravam suspensas passaram automaticamente à condição de ativas. Dessa forma, tornou-se necessária a verificação, junto à Receita Federal, da situação cadastral dessas empresas. De posse dessas informações, foi realizado o cancelamento das empresas que se encontravam baixadas ou suspensas junto à Receita Federal do Brasil, nos termos da Resolução 145/24 do Corecon-RJ. As empresas cujo CNPJ permanecia ativo continuaram cadastradas no Conselho.

6.1.3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas: Os formulários continuam sendo revisados e atualizados à medida que ocorrem alterações em suas formas e conteúdos, conforme determinado pelo regramento legal editado pelo Cofecon ou em razão do surgimento de novas necessidades da Secretaria e/ou do Conselho. Em 2025, foi criado o formulário para solicitação do benefício social, novo benefício instituído pelo Cofecon, destinado aos economistas aposentados que não estão no exercício de atividades profissionais da área e que desejam manter o registro profissional.

6.1.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão: Foi dada continuidade, no âmbito financeiro, ao controle diário das parcelas de renegociações em aberto, cujas datas de vencimento são os dias imediatamente anteriores. Quando constatada a inadimplência, encaminha-se uma cópia do boleto via sistema, acompanhada de mensagem informando que o boleto deve ser atualizado no site do Banco do Brasil para o devido pagamento. Essa ação tem contribuído para a redução do número de desfazimentos de acordos de renegociação. Desde 2024, foi implementada a sistemática de envio de aviso de vencimento de parcela com dois dias de antecedência para o e-mail do economista, medida que tem evitado que economistas ou empresas deixem de quitar as parcelas nas datas de vencimento.

6.1.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos: O Corecon-RJ utiliza o sistema do Banco do Brasil licitações-e e o site de compras do Governo Federal

6.1.3.9– aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados: Ação não realizada em 2025.

6.1.3.10 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade: Em 2025, a ação não foi realizada.

6.1.3.11 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia: Ação realizada não realizada.

6.1.3.12 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na Sereg, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos: Em 2025, a ação não foi realizada.

6.1.4 – Potencialização da capacidade financeira

6.1.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes: Em relação à receita corrente, o resultado individual aponta um nominal de apenas 0,06% das anuidades dos economistas, e um decréscimo de 3,67% das pessoas jurídicas. O resultado consolidado aponta um decréscimo de 0,46% em relação ao exercício de 2024.

6.1.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário: Foram adotadas, no âmbito desta Secretaria, as seguintes ações para a recuperação dos créditos tributários: Para os débitos do exercício de 2025, não pagos ou com pagamento parcial, a Secretaria de Registros emitiu duas recobranças (cobrança dos débitos atualizados, realizada através do envio de boletos bancários aos economistas e empresas) aos devedores. Semanalmente, são emitidos relatórios para acompanhamento dos parcelamentos e renegociações realizadas, destacando as parcelas vencidas. Para esses casos, são enviados novos boletos ou, quando o parcelamento se refere à execução fiscal, realiza-se contato direto com o economista, evitando o desfazimento do acordo e o prosseguimento da ação. Essa prática tem contribuído para a redução de acordos desfeitos e para o aumento da adimplência. O sistema cadastral foi configurado para enviar um aviso ao devedor com dois dias de antecedência, informando sobre a existência de parcela a vencer no cadastro financeiro. Essa medida tem auxiliado na redução da inadimplência dos parcelamentos. Foram lançadas diversas campanhas de cobrança de créditos por WhatsApp e e-mail, resultando em aumento da recuperação de créditos. Realizou-se o trabalho de atualização do capital social das empresas adimplentes, por meio de pesquisa junto à Receita Federal do Brasil. Das 244 empresas verificadas, 57 apresentaram aumento do capital social. Essa atualização contribui para o aumento da arrecadação proveniente das pessoas jurídicas, considerando que o valor da anuidade é calculado com base no capital social. Em 2025, o Corecon-RJ aderiu ao XI RECRED, promovido pelo Cofecon. O programa consiste em uma anistia destinada à recuperação de créditos de pessoas físicas e jurídicas, por meio da concessão de descontos de até 100% sobre os encargos moratórios incidentes sobre débitos em aberto. Para aderir ao programa, o devedor entra em contato com a SEREG e formaliza o acordo, que pode ser quitado à vista ou parcelado. Poderão ser abrangidos pelo programa tanto os débitos cobrados administrativamente quanto aqueles em fase de execução fiscal.

6.1.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos: o resultado geral obtido no exercício de 2025 apresentou decréscimo de 10,67% em relação ao exercício de 2024, considerando o somatório da arrecadação de anuidades de exercícios anteriores e a receita do RECRED.

6.1.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas: Com o retorno presencial das atividades do Conselho em 2021, a Secretaria de Fiscalização priorizou as atividades de fiscalização propriamente ditas, como atualização de processos e aberturas de novos processos. Houve atualização cadastral, mas feito de forma pontual, e sem o registro de tal procedimento. Como houve um aumento significativo na abertura de processos, os esforços estão voltados para atrair mais economistas e empresas para nosso banco de cadastro, mas sempre observando qualquer alteração em informações cadastrais, para serem repassadas para Secretaria de Registros.

6.1.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização: Quanto à reavaliação propriamente dita, ações concretas não foram tomadas neste exercício, que tenham resultado em procedimentos de encaminhamento à Secretaria de Fiscalização, porém, quando da formalização do pedido de cancelamento por parte das Pessoas Jurídicas, esta secretaria tem sido rigorosa, de modo a evitar que empresas que não cumprem as exigências estabelecidas no Art. 10, da Resolução n.º 1.880/12, tenham os seus pedidos de cancelamento de registros profissionais deferidos.

6.1.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 91 recadastramentos, representando um decréscimo de 12,50% em relação ao exercício de 2024.

6.1.4.7 – manter a política de aplicação das reservas financeiras em títulos públicos: Em 2024, o Corecon-RJ manteve a aplicação dos recursos em fundo de investimento lastreado em títulos públicos, conforme determinação do Tribunal de Contas da União.

6.1.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las: Foi implementada na Secretaria de Fiscalização a impressão frente e verso de qualquer documento emitido, a digitalização da maioria de cópias ao fiscalizados, assim como de documentos a serem enviados à Assessoria Jurídica e ao Cofecon, além de conscientização sobre o uso de canecas ao invés de copos descartáveis e sobre a utilização do ar-condicionado e luzes do setor. Serão avaliadas as ações adotadas pelas demais Secretarias, para analisar se cabem adotá-las na Secretaria de Fiscalização. Com a implementação do SEI e dos Serviços Online, teremos uma redução do uso de papel e impressora, o que resultará em redução de despesas na Secretaria de Fiscalização. Considerando o elevado custo do envio de correspondências pelos Correios com Aviso de Recebimento (AR) e a alta demanda de solicitações na Secretaria, foram mantidos os

procedimentos adotados desde 2023, pelos quais apenas os pedidos com indeferimento ou outras situações consideradas sensíveis são encaminhados pelos Correios com Aviso de Recebimento. As demais correspondências têm suas cópias digitalizadas e enviadas por e-mail, com confirmação de recebimento, sendo os documentos originais arquivados diretamente no processo do economista. As carteiras profissionais de economista são postadas mediante custeio do envio pelo próprio profissional, o que contribuiu para a redução dos custos de postagem.

6.1.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

6.1.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil: Ação de caráter contínuo, através das entrevistas e dos artigos divulgados no Jornal dos Economistas e nos podcasts “Entre Celsos e Marias” durante todo o ano.

6.1.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional: Não foram realizados seminários internamente, mas o Corecon-RJ patrocinou eventos conforme item 6.1.5.8;

6.1.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico: O Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para o debate econômico, através da disseminação da técnica e do conhecimento econômico. O principal evento foi realizado no dia 15 de agosto, em comemoração ao Dia do Economista, onde o Corecon-RJ promoveu o lançamento do livro "Os Loucos Anos 20" na livraria Leonardo da Vinci, no centro do Rio de Janeiro. O livro, uma iniciativa do Corecon-RJ, se debruça sobre temas abordados nas edições do Jornal dos Economistas entre 2020 e 2024. O Corecon-RJ apoiou a divulgação do projeto "Cerveja, Economia e Democracia", promovido pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia – ABED, que consiste em uma série de encontros mensais que visam gerar oportunidades de conscientização pública sobre a importância do desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como da democracia na economia.

6.1.5.4 – fortalecer o CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento: Ação não realizada

6.1.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições: Ação realizada em conjunto com o item 6.1.5.3

6.1.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica: Ação não realizada

6.1.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares: Foi dado um primeiro grande passo ao começar a realizar, em 2022, o Desafio “Quero ser



Economista”, onde nos foi informado pelo Cofecon que 151 alunos do Estado do Rio de Janeiro se inscreveram para participação do evento, realizado de forma virtual. Com a continuidade dessa ação, a Secretaria de Fiscalização realizou novamente o Desafio em 2023, obtendo a inscrição de 307 alunos, mais do que dobrando o número de inscrições comparado ao ano anterior. Já em 2024, foram 589 inscritos, obtendo o terceiro lugar nacional no número de inscrições. Além disso, a estudante Yasmim de Deus Rodrigues, da cidade de Nova Iguaçu, foi a grande campeã do 9º Desafio Quero ser Economista. No ano de 2025, houve uma queda expressiva no número de inscrições: 72 inscritos.

6.1.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica: O Corecon-RJ tem apoiado financeiramente eventos promovidos por entidades que buscam o debate e a solução de problemas ligados à economia e à sociedade Brasileira, bem como Associações ligadas à Economia. Podem ser destacados: 6th International Workshop on Demand-Led Growth - Centro Celso Furtado & IE/UFRJ; IV Encontro Maranhense de Economia; Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2025; Jornal Gazetinha da Guanabara; XVIII ENCONTRO DA AKB; XIII Semana de Economia do Curso de Ciências Econômicas de Campos; XL CONGRSSO DA ANGE; Workshop Finanças Sustentáveis - Na Visão do Sul Global Rumo à COP 30; Prêmio Nelson Victor Le Cocq D’Oliveira 2025; 48º Encontro Nacional de Economia (ENECO 2025)

6.1.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica: Ação realizada conforme itens 6.1.5.3 e 6.1.5.8.

6.1.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos: Com o objetivo de aumentar a competitividade de seus registrados, o Corecon-RJ busca trazer um portfólio de convênios voltado à educação, mantendo convênios com universidades, colégios de ensino fundamental e médio, cursos de idiomas, editoras, etc. Todos os convênios são extensivos aos dependentes. A adesão muitas vezes proporciona uma economia superior ao valor da anuidade paga. Em 2025, ampliamos o portfólio de convênios com a inclusão da Droga Raia, Mackenzie Rio e Unyleya Educacional. Todos os convênios são extensivos aos dependentes.

6.1.5.11 – disponibilizar a sala anteriormente cedida ao Fórum Popular do Orçamento, para utilização de Economistas em situação regular com o Conselho, que necessitem de espaço para reuniões de trabalho: Foram realizadas obras na sala a ser destinada aos economistas para coworking. A sala deverá estar disponível para utilização em 2026.



4.1.5.12 - contribuir na viabilização do Congresso Brasileiro de Economia de 2025: O Corecon-RJ enviou uma delegação de 11 economistas para participarem do evento e 4 estudantes para a Gincana Nacional de Economia, realizada no mesmo local.

4.1.5.13 – dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto de Comunicação para o Corecon-RJ: Destacamos a publicação mensal do Jornal dos Economistas contendo artigos e entrevistas de Economistas e personalidades do meio acadêmico, estimulando o debate e a busca de soluções para os principais problemas da economia brasileira sob óticas que o Economista não encontra na mídia comercial. Além do Jornal dos Economistas, o Corecon-RJ disponibiliza ao público o podcast “Entre Celsos e Marias”, com entrevistas e debates quinzenais sobre diversos temas ligados a ciência econômica. O podcast está disponível gratuitamente no aplicativo Spotify: Entre Celsos e Marias | Podcast no Spotify. Ainda buscando democratizar economia e política, estamos divulgando em nosso site, o jornal “Caneta Crítica”, produzido pela Gazetinha da Guanabara, que apresenta conceitos econômicos e políticos através da linguagem visual, tornando a leitura mais atraente ao público leigo. O Corecon-RJ tem se mostrado cada vez mais ativo no Instagram e Facebook, com postagens regulares trazendo matérias do Jornal dos Economistas e também outros assuntos que estão em alta, permitindo que os economistas e o público em geral interajam com o conteúdo do nosso perfil.

6.2 – Resumo dos resultados:

A maior parte das ações previstas no Plano de Trabalho para o exercício de 2025 estão em curso ou em andamento. As ações que não foram realizadas foram postergadas para 2026. O relatório de gestão de 2025 do Corecon-RJ destaca o fortalecimento institucional e a modernização administrativa, evidenciados pelo avanço na fiscalização, com 126 processos instaurados e uso estratégico de redes profissionais, e pela implementação de serviços on-line e do sistema SEI. No campo intelectual, o grande marco foi o lançamento do livro "Os Loucos Anos 20", obra que compila debates fundamentais publicados no Jornal dos Economistas e reforça o protagonismo da entidade na disseminação do conhecimento técnico. Complementando essa atuação, manteve a produção ativa de conteúdo nas redes sociais e ampliou convênios para os inscritos, consolidando sua presença junto à categoria e à sociedade.

7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

7.1 - Estratégia para alcançar os principais objetivos da Unidade Prestadora de Contas (UPC) e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro é o instrumento utilizado para dar continuidade da execução do planejamento estratégico da Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da

entidade e sua capacitação para o cumprimento de sua missão institucional primária que é a fiscalização profissional das Pessoas Jurídicas e Físicas que exercem as atribuições privativas e inerentes aos Economistas. Tendo em vista os avanços obtidos durante os últimos exercícios, o Programa de Trabalho propõe como prioridades, a continuidade dos esforços para promover a valorização profissional dos economistas; a ampliação e consolidação da estrutura de fiscalização; a manutenção dos esforços para garantir adequada capacidade financeira, via ingresso de novos registros; a continuidade da realização de eventos, a publicação de livros e cartilhas sobre questões vinculadas a Ciência Econômica; a manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, a partir da ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, universidades e imprensa.

As ações que compõem o Plano de Trabalho foram definidas, ao longo dos anos, pelos sucessivos presidentes, plenários e chefias de cada Secretaria, ao amparo dos cinco projetos já mencionados: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; e Projeto 5 – Fortalecimento da Imagem Institucional.

As principais ações estratégicas do Programa de Trabalho estão agrupadas, atualmente, nos projetos 1, 2 e 5 sendo complementadas pelas contidas nos de nº 3 e 4.

Em relação ao Projeto 1, o trabalho é feito em conjunto com o Conselho Federal e os demais conselhos regionais com o objetivo de atualizar a legislação regulamentadora das atividades profissionais dos economistas; manutenção da oferta de cursos de aperfeiçoamento técnico aos profissionais registrados em situação regular perante o Conselho; manutenção da premiação para os alunos autores das melhores monografias de fim de curso; e a promoção da Gincana Estadual de Economia destinada ao mesmo público. Em relação às ações relacionadas no Projeto 2 a expectativa, decorrente da manutenção é a possível ampliação da estrutura da Secretaria de Fiscalização durante o próximo exercício, é a de aprimorar e ampliar o raio de ação da fiscalização, tendo como foco principal as pessoas jurídicas que atuam no campo da Ciência Econômica. Em relação ao Projeto 3 as principais prioridades são a continuidade do processo de reestruturação da Secretaria de Registros; a complementação do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e gestão, principalmente em relação aos processos de execução fiscal; e a promoção de atividades destinadas à capacitação e atualização dos empregados da Autarquia. Na execução do Projeto 4 continuaremos priorizando o aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança de anuidades e taxas; a execução da Política para Tratamento da Inadimplência, por via administrativa e jurídica; desenvolveremos

esforços para elevar a quantidade de registros de pessoas jurídicas e físicas, e aprofundaremos a política de preservação do valor da reserva financeira. Vinculadas ao Projeto 5 encontram-se o desenvolvimento de relações mais próximas com os demais conselhos regionais de economia; as instituições acadêmicas, buscando elevar a qualidade e quantidade das interações com os estudantes e professores de economia; a ampliação do relacionamento com instituições públicas e privadas, buscando consolidar e amplificar a influência do Corecon-RJ na discussão de temas de interesse público relevantes, tais como, a análise e acompanhamento dos reflexos da crise econômica e política mundial e seus impactos na economia brasileira; a dimensão adequada do papel do Estado Brasileiro na economia; orçamento público; dívida pública; reformas tributária, agrária e política; e os processos de integração regional (MERCOSUL; CAN; Comunidade Sul Americana de Nações; e BRICS); bem como apoiar iniciativas, a exemplo do movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil. Para potencializar os resultados a serem obtidos com este projeto, o Corecon-RJ também seguirá apoiando e estreitando relações com fóruns, redes e associações sem fins lucrativos, ligados a movimentos sociais que tratam dessas questões, dentre as quais se encontram a Associação de Economistas da América Latina e o Caribe; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Rede Brasileira para Integração dos Povos. Incluem-se ainda nesta área as iniciativas voltadas para o fortalecimento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e sua disseminação por outros estados da federação.

Wellington Leonardo da Silva
Secretário Executivo

7.2 – Gestão orçamentária e financeira:

7.2.1 – Informações sobre a Realização das Receitas:

O total arrecadado no exercício de 2025 foi de R\$ 6.100.932,94. Deste montante, R\$ 4.814.310,05 estão classificados como Receita de Contribuições (Anuidades); R\$ 438.164,90 são referentes à Receita Patrimonial (Rendimentos de títulos públicos); R\$ 100.402,43 são referentes à Receitas de Serviços (Rendas de Emolumentos com Expedição de Certidões e Carteiras); R\$ 131.815,15 são relativas à receitas financeiras (juros de mora sobre anuidades e atualização monetária); R\$ 504.468,64 são relativas à receita de Dívida Ativa; R\$ 33.817,52 são relativas às multas por exercício ilegal da atividade; e R\$ 77.954,25 são relativas à Receitas Diversas (Receitas de Cursos). Comparando com o exercício anterior, a receita diminuiu 4,87%

Tabela 4: Comparativo de Receitas 2024-2025

Balancete janeiro a dezembro	2024	2025	Variação%
Receitas Correntes	R\$ 6.413.567,79	R\$ 6.100.932,94	-4,87

Receita de Contribuições	R\$ 4.933.586,47	R\$ 4.814.310,05	-2,42
Receita Patrimonial	R\$ 383.953,04	R\$ 438.164,90	14,12
Receita de Serviços	R\$ 85.961,99	R\$ 100.402,43	16,80
Financeiras	R\$ 153.076,79	R\$ 131.815,15	-13,89
Receita de Dívida Ativa	R\$ 647.479,88	R\$ 504.468,64	-22,09
Multa Exercício Ilegal	R\$ 26.346,67	R\$ 33.817,52	28,36
Receitas Diversas	R\$ 183.162,95	R\$ 77.954,25	-57,44
Receita de Capital	0	0	0,00
Total de Receitas	R\$ 6.413.567,79	R\$ 6.100.932,94	-4,87

7.2.2 – Informações sobre a Execução das Despesas:

O total de despesas do exercício de 2024 foi de R\$ 6.845.994,07, sendo que as Despesas de Pessoal (Salários e Vantagens, Diárias e Obrigações Patronais) somaram R\$ 3.297.856,30; as Despesas com Benefícios Assistenciais (Auxílio Creche e Auxílio Funeral) somaram R\$ 30.463,48; as Despesas de Material de Consumo (Artigos de Expediente e Outros) somaram R\$ 40.078,00; as Despesas com Serviços de Pessoa Física (Serviço Prestado de Pessoa Física, Bolsa/Estágio e Diárias) somaram R\$ 293.375,43; as Despesas com Pessoas Jurídicas (Despesas Bancárias, Serviços de Comunicação em Geral, Assessoria Jurídica, Assessoria de Informática, etc...) somaram R\$ 1.948.233,67; as Transferências Correntes (Cota-Parte do Cofecon e Pasep) somaram R\$ 1.098.215,32; as despesas com o Programa Nacional de Recebimento de Créditos (Recred) somaram R\$ 84.453,87 e as Despesas de Capital (Obras e Instalações, Mobiliário, etc...) somaram R\$ 53.318,00. Comparando com o exercício anterior, a despesa aumentou 5,04%.

O aumento nominal de 5,04% nas despesas totais em 2025 ocorreu de forma planejada, com foco em áreas estratégicas e na atualização necessária da infraestrutura:

- **Gestão de Pessoal e Acordo Coletivo:** O crescimento de 7,38% nas despesas com pessoal reflete a recomposição salarial dos empregados através de reajuste pela inflação, pactuado em Acordo Coletivo. Além disso, houve impacto nos benefícios de assistência médica (14,36%) e vale refeição (12,24%). No exercício de 2025, houve a contratação de uma nova empregada para o cargo de Secretária de Cursos (Lília Karen Pereira dos Santos), visando fortalecer a gestão de aperfeiçoamento profissional oferecida pelo Corecon-RJ
- **Modernização do Parque Tecnológico:** O aumento de 267,51% nas Despesas de Capital foi motivado pela substituição integral dos computadores do Corecon-RJ. A renovação foi indispensável para garantir a compatibilidade com o sistema operacional Windows 11, uma vez que o hardware antigo não suportava os requisitos técnicos necessários, sendo essencial para a segurança cibernética e operação de novos sistemas como o SEI e serviços on-line.

Tabela 5: Comparativo de Despesas 2024-2025

Balancete janeiro a dezembro	2024	2025	Variação%
Despesas Correntes	R\$ 6.502.994,62	R\$ 6.792.676,07	4,45
Despesas de Pessoal	R\$ 3.103.655,12	R\$ 3.297.856,30	6,26
Benefícios Assistenciais	R\$ 29.607,21	R\$ 30.463,48	2,89
Material de Consumo	R\$ 30.799,82	R\$ 40.078,00	30,12
Serviços de Terceiros de PF	R\$ 360.935,40	R\$ 293.375,43	-18,72
Serviços de Terceiros de PJ	R\$ 1.775.021,54	R\$ 1.948.233,67	9,76
Transferências Correntes	R\$ 1.099.821,45	R\$ 1.098.215,32	-0,15
Programa Nacional de Receb. de Cred.	R\$ 103.154,08	R\$ 84.453,87	-18,13
Despesas de Capital	R\$ 14.507,93	R\$ 53.318,00	267,51
Total de Despesas	R\$ 6.517.502,55	R\$ 6.845.994,07	5,04

Nota Explicativa: O déficit orçamentário apurado no exercício de 2025, no valor de R\$ 745.061,13, não representa desequilíbrio estrutural das contas do Corecon-RJ. Este resultado negativo entre a Receita Arrecadada (R\$ 6.100.932,94) e a Despesa Executada (R\$ 6.845.994,07) foi integralmente coberto pela utilização de Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores, conforme facultado pelo art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320/1964. Tais recursos estavam preservados em aplicações financeiras de alta liquidez e lastreadas em títulos públicos (Fundo BB Setor Público Diferenciado), garantindo o cumprimento de todas as obrigações contratuais e de pessoal sem comprometer a solvência da entidade para o exercício seguinte.

7.2.3 – Resultados da área-fim (DN TCU 216/2025)

7.2.3.1 – Quantidade de fiscalizações, denúncias, autos de infração e notificações feitas pela Secretaria de Fiscalização em 2025, conforme Decisão Normativa TCU nº 216/2025:

I - número de profissionais e empresas com registro ativo: Quantitativo informado na tabela abaixo:

JANEIRO A DEZEMBRO	TOTAL DE ATIVOS		VAR%
	2024	2025	
ECONOMISTAS	8.797	8.532	-3,01
EMPRESAS	1.382	725 *	-47,54

Observação: Em 2025, foi realizado um trabalho de saneamento cadastral das PJs, com o cancelamento das pessoas jurídicas que estavam o CNPJ, junto à Receita Federal, baixados, sem CNPJ ou CNPJ suspensos, nos termos da Resolução 0145/24, do Corecon-RJ.

II - número total de fiscalizações realizadas, indicando o quantitativo daquelas decorrentes de planos de fiscalização e de denúncias: 126 fiscalizações realizadas, sendo 1 denúncia e 1 referente à fiscalização de concurso público

III - valor efetivamente gasto com atividades de fiscalização do exercício profissional e resultados obtidos: Em 2025, o valor gasto com a Fiscalização foi de R\$ 518.389,52. Este valor engloba os gastos com salários, encargos, benefícios, etc.

Resumo dos resultados obtidos pela Fiscalização: Em 2025, a Secretaria de Fiscalização do Corecon-RJ intensificou sua atuação com a instauração de 126 novos processos, sendo 68 de pessoas físicas e 58 de pessoas jurídicas, resultando no envio de 156 notificações e na lavratura de 112 autos de infração. Essas ações geraram 47 novos registros (30 profissionais e 17 empresas), com destaque para a eficácia do LinkedIn, responsável por 70% das inscrições de pessoas físicas, e da JUCERJA, que motivou 70% dos registros de empresas. No âmbito financeiro, a fiscalização arrecadou R\$ 33.817,52 por meio da aplicação de multas, enquanto no campo institucional monitorou editais de grandes concursos, como o CNU e SEFAZ-RJ, e identificou irregularidades cadastrais em 28 peritos atuantes no Poder Judiciário. Para 2026, a secretaria projeta expandir sua presença no interior do estado e aumentar a eficiência operacional com a implementação do sistema SEI e de serviços on-line.

IV - número total de profissionais fiscalizados, indicando o quantitativo de pessoas físicas e pessoas jurídicas, se for o caso: 126 – sendo 68 de pessoa física e 58 de pessoa jurídica.

V - número total de autos de infração: 112, sendo 50 de pessoa física e 62 de pessoa jurídica.

VI - número total de denúncias (ou notificações semelhantes) recebidas: 01 denúncia.

VII - número de processos instaurados e julgados, consolidando as sanções aplicadas (censuras, advertências, multas, suspensões e cancelamentos de registro, entre outras): Nenhuma.

VIII - indicadores, estatísticas e resultados das ações e dos projetos realizados: Dos 30 registros novos de pessoa física em 2025, resultado de ação da Secretaria de Fiscalização, 14 foram de processos instaurados no próprio ano de 2025. No caso de pessoa jurídica, dos 17 registros novos de 2025, 9 foram de processos instaurados em 2025. A Secretaria de Fiscalização aplicou um total de R\$ 157.915,43 em multas, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica, sendo R\$ 37.664,09 para pessoas físicas e R\$ 120.251,34 para pessoas jurídicas.

Tabela 6: Resultados da área fim

Secretaria de Fiscalização - 2025	Quantidade PF	Quantidade PJ
Total de fiscalizações realizadas	68	58
Total de denúncias recebidas e analisadas	0	1
Total de profissionais/empresas fiscalizados	68	58
Total de autos de infração	50	62
Total de notificações	76	80

7.2.3.3 - Número de processos instaurados que não tiveram êxito em sua execução, com as respectivas causas identificadas: Nenhum. Todos os processos instaurados tiveram êxito em sua execução.

7.2.3.4 - Informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem quanto à cobrança de inadimplentes: Foram aplicadas 54 multas no total durante o ano de 2025. Foram 24 multas para pessoas físicas e 30 multas para pessoas jurídicas. A Secretaria de Fiscalização arrecadou R\$ 33.817,52, sendo R\$ 18.907,48 provenientes de multas de pessoa física e R\$ 14.910,04 de multas de pessoa jurídica.

7.2.3.5 - Número de processos referentes ao exercício ilegal da profissão encaminhados ao Ministério Público: Nenhum no ano de 2025.

7.3 – Gestão de Pessoas

7.3.1 – Conformidade Legal

Conforme determinação do TCU, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. O último concurso público realizado em 2010 foi suspenso por ação judicial em virtude do edital prever a adoção da CLT como regime de contratação de empregados.

7.3.2 – Estrutura de Pessoal da Unidade

a) Demonstração da Força de Trabalho:

Em 31 de dezembro de 2025, o Corecon-RJ possuía 22 empregados, conforme quadro funcional abaixo:

Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho

NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
------	------------------	-------------------	-------	--------------

SECRETARIA EXECUTIVA				
ALISSON SOUZA CUNHA	20/04/1998	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I- SERV.INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo
DAVI MEDEIROS DA SILVA	12/08/2025	CLT	APRENDIZ EM QUALIDADE EM SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	Nível Médio Completo
MARCIA CRISTINA AYRES DOS SANTOS	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/ CONTROLE DE PROCESSOS	Nível Médio Completo
MARIA HELENA CONCEIÇÃO DA SILVA	09/04/2001	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I/LIMPEZA	Nível Fundamental Completo
PAULA VANESSA BASTOS CARVALHO DE ARAÚJO	21/02/2006	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA E EXECUTIVA I	Superior Completo
RAQUEL DE LIMA DA CUNHA E SOUZA	11/03/2019	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSORA ESPECIAL DA SECRETARIA EXEC. E PRESIDÊNCIA	Superior Completo
WELLINGTON LEONARDO DA SILVA	15/06/1998	CLT	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Superior Completo
NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
SECRETARIA DE REGISTRO				
CLÁUDIO SILVA DE ANDRADE	02/04/2007	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Superior Completo
ELISIENE GOMES DA SILVA E SILVA	25/03/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Superior Completo
JOSIVALDO DE LIRA	19/08/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I / REGISTRO	Superior Completo
KARINA APARECIDA COSTA DE BARROS	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/REGISTRO	Nível Médio Completo

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA BARROS	07/04/1995	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Nível Médio Completo
SAMUEL MOREIRA GOMES	05/02/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Nível Médio Completo
THIAGO VAZ BARBOSA	21/01/2009	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Superior Completo
NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO				
ALBERTO BARROSO NETO	27/02/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
CÁSSIA GAMARO SALEIRO	30/06/2017	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ FISCALIZAÇÃO	Nível Médio Completo
MONICA ASSUNÇÃO SILVA	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
SECRETARIA DE CURSOS				
CLÁUDIA OLIVEIRA COLARES VALENTIM	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	COORDENADORA DE CURSOS I/CURSOS	Superior Completo
LILIA KAREN PEREIRA DOS SANTOS	16/06/2025	CARGO EM COMISSÃO	SECRETÁRIA DE CURSOS	Superior Completo
NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				

DOMINGOS DA SILVA MATOS	02/02/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/CONTAS A PAGAR	Nível Médio Completo
ELZA MARIA PARANHOS DE ANDRADES	21/07/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REC. HUMANOS	Nível Médio Completo
GUILHERME TINOCO OLIVEIRA DOS ANJOS	21/09/2005	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Superior Completo
VITOR DE OLIVEIRA XAVIER	02/06/2014	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ COMPRAS	Nível Superior Completo

Considerando a tipologia dos cargos ocupados, o Corecon-RJ conta, ao final de 2025, com vinte e dois empregados e um aprendiz. Além do quadro funcional próprio, o Corecon-RJ conta, dentro de suas dependências, com dois técnicos de informática terceirizados.

b) Processo de Ingresso de Empregados:

Não foram feitas contratações feitas em 2025 por meio de concurso público, cujo prazo foi encerrado em 2016. Houve apenas contratação de terceirizados para cobertura de férias ou auxílio-doença

c) Qualificação da Força de Trabalho:

Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados Efetivos e Aprendiz	1	4	7	6	5

Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Alfabetizado sem cursos regulares	Primeiro grau incompleto	Primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior

Empregados Efetivos e Aprendiz	0	0	0	0	10	13
--------------------------------	---	---	---	---	----	----

d) Terceirização da Mão de Obra:

Em relação aos contratos terceirizados, o Corecon-RJ possui contrato com assessoria de informática através de processo licitatório. Os dados do contrato são representados na tabela abaixo:

Tabela 10 Terceirização de mão de obra

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Situação
					Início	Fim	F	M	S	
2025	3- Informática	Ordinária	Manutenção de equipamentos de informática e administração de redes locais	SPECTRANET CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 04.023.393/0001-00	2019	-	0	1	1	Ativo

7.3.3 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal:

Tabela 11: Despesas com Pessoal

Despesas com Pessoal		
Vencimentos	2024	2025
Salários	R\$ 1.935.428,92	R\$ 2.069.955,15
Férias e 13º Salário	R\$ 212.444,48	R\$ 231.365,28
Indenizações	R\$ 30.937,94	R\$ 0,00
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 391.977,09	R\$ 448.275,10
Vale Refeição/Alimentação	R\$ 226.557,30	R\$ 254.293,45
INSS	R\$ 453.825,79	R\$ 487.784,39
FGTS	R\$ 170.672,35	R\$ 184.940,12
Demais Despesas (Auxílio Creche, Auxílio Funeral e Reajuste por mérito)	R\$ 43.656,81	R\$ 44.512,28
Total	R\$ 3.465.500,68	R\$ 3.721.125,77

No exercício de 2025, as despesas com pessoal do Corecon-RJ totalizaram R\$3.721.125,77, representando um aumento de 7,38% em relação ao ano anterior. Esse

crescimento foi impulsionado principalmente pelos reajustes nos benefícios de assistência médica e odontológica (14,36%) e vale refeição/alimentação (12,24%), além da elevação de 6,95% na folha de salários, que gerou reflexos proporcionais nos encargos de INSS e FGTS.

7.4- Gestão de licitação e contratos:

O Corecon-RJ adota a Lei nº 14.133/21 para contratação de bens e serviços. Na tabela abaixo, consta o resumo dos contratos em vigor.

Tabela 12: Contratos terceirizados

NOME	SERVIÇO PRESTADO	VALOR MENSAL
NIO EMPRESAS	Provedor de internet fibra	R\$ 155,43
CVAS REFRIGERAÇÃO LTDA	Manutenção de Ar-Condicionado	R\$ 1.460,00
MCP - ADVOGADOS E CONTULTORES	Assessoria Jurídica	R\$ 15.827,36
GOOGLE	Assinatura do pacote Google Workspace Business Standard (reuniões e aulas virtuais)	R\$ 392,00
CDL-RIO (*)	Assinatura de site para localização e alteração de dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas registradas no Corecon-RJ.	R\$ 624,90
IMAGINANDO COMUNICAÇÃO PLANEJADA LTDA	Serviços de comunicação visual: postagem em redes sociais	R\$ 2.411,12
CLARO S.A./EMBRATEL	Serviço de telefonia fixa	R\$ 1.460,00
SANTA CASA CARD	Auxílio Funeral	R\$ 359,50
DIGIRATI INFORMÁTICA SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES	Hospedagem do site e contas de email; envio de email marketing	R\$ 475,51
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SOCIAL PROFISSIONALIZANTE	Curso de aprendizagem e taxa de administração para contratação de estagiário e aprendiz	R\$ 259,62
KAIKE COMÉRCIO E SERVIÇOS	Aluguel de Copiadora	R\$ 800,00
CANVA	Assinatura de software para edição de imagens	R\$ 34,90
VONO	Plano de telefonia móvel para celulares corporativos	R\$ 89,08
SODEXO PASS (*)	Fornecimento de Vale Alimentação e Refeição	R\$ 21.500,00
ASSIM SAÚDE (*)	Plano de Saúde para empregados e dependentes	R\$ 36.625,42
ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO	Manutenção do software da folha de pagamento	R\$ 745,73
SPECTRANET CONSULTORIA LTDA	Assessoria de Informática	R\$ 10.687,10

WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS	Compra de passagens aéreas	variável
DIAGRAMA COMUNICAÇÕES LTDA	Edição e Diagramação do JE	R\$ 9.000,00
MANAGER AUD. CONS. E CONTABILIDADE	Assessoria de Contabilidade	R\$ 7.278,61
ASSIM SAÚDE (*)	Plano odontológico para os empregados e seus dependentes	R\$ 778,59
HUMBERTO JANSEN MACHADO	Assessoria Jurídica referente ao Processo movido pelo ex-empregado Walter Tauil	R\$ 7.590,00

(*) Valores podem variar de acordo com a quantidade

7.5 -Gestão patrimonial e infraestrutura

O Conselho tem registrado em seu patrimônio o 16º e 19º andares do edifício localizado na Avenida Rio Branco, No 109, Centro, Rio de Janeiro. No 16º andar está localizada a Secretaria de Cursos, o arquivo de processos de pessoas físicas e jurídicas e a sala de Plenária. No 19º andar, estão instalados a Secretaria de Registro, a Secretaria Executiva, a Fiscalização, a Secretaria de Administração e Finanças e o Auditório.

O controle de bens patrimoniais é feito pela Secretaria de Administração e Finanças, que é responsável pela checagem anual dos itens que compõem o patrimônio do Corecon-RJ. A relação de bens está publicada no site ([Bens Patrimoniais](#)) Existe também uma Comissão de Alienação de Bens que é responsável por eventuais descartes de bens inservíveis.

7.6 - Gestão da tecnologia da informação:

Atualmente, existem 41 microcomputadores (sendo 04 servidores) e 14 impressoras em funcionamento nas dependências do Corecon-RJ. Os principais sistemas de informação que o Corecon-RJ utiliza são:

- BR Conselhos: Desenvolvido pela empresa BRC SOLUCOES EM GESTAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA – CNPJ nº 23.706.503/0001-82. Este sistema é responsável pelo controle de cadastro, emissão e recebimentos de anuidades do Corecon-RJ. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's.

- Siscac: Desenvolvido pela empresa Studios Tecnologia da Informação LTDA – CNPJ nº 08.545.231/0001-92. Este sistema é responsável pelo controle contábil e orçamentário do Corecon-RJ, adaptados ao novo PCASP. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's. Atualmente, é utilizado pela

Assessoria Contábil do Corecon-RJ – Manager Auditoria Consultoria & Contabilidade Ltda.

- Folha de Pagamento: Desenvolvido pela empresa Alterdata Tecnologia em Informática LTDA – CNPJ nº 36.462.778/0012-12. Este sistema é responsável pela emissão da folha de pagamento.

- Poseidon: Desenvolvido pela empresa Sesin Brasil Prestação De Serviços De Tecnologia Da Informação LTDA - CNPJ Nº 14.634.282/0001-93. Trata-se de um sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, para visualização de documentos que já foram digitalizados. Em 2015, o sistema foi customizado às necessidades do Corecon-RJ e implantado.

7.7- Gestão de custos

Por falta de previsão legal, o Corecon-RJ não faz parte do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).

7.8- Sustentabilidade ambiental

O Corecon-RJ possui projeto sociais de amplo amparo às instituições públicas, universidade e eventos que se relacionam com a temática profissional do economista. Possuindo, como isso, ações específicas voltadas para a sustentabilidade social. Entretanto, existem outras ações socioambientais de conscientização dos empregados, no sentido de diminuir os resíduos sólidos e líquidos, na medida do possível, através da diminuição do consumo de papel e de tinta de impressoras, assim como outros bens de consumo que possam causar impactos ambientais diversos.

7.9– Transferência de Recursos

Na tabela abaixo, consta o resumo dos apoios institucionais concedidos em 2025.

Tabela 13: Transferência de recursos

Apoios Institucionais concedidos em 2025		
6th International Workshop on Demand-Led Growth - Centro Celso Furtado & IE/UFRJ	R\$	12.500,00
IV Encontro Maranhense de Economia	R\$	6.000,00
Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2025	R\$	10.000,00
Jornal Gazetinha da Guanabara	R\$	10.000,00
XVIII ENCONTRO DA AKB	R\$	15.000,00
XIII Semana de Economia do Curso de Ciências Econômicas de Campos	R\$	1.500,00
XL CONGRSSO DA ANGE	R\$	10.000,00
Workshop Finanças Sustentáveis Na Visão do Sul Global Rumo a COP 30	R\$	3.000,00

Prêmio Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira 2025	R\$ 3.000,00
48º Encontro Nacional de Economia (ENECO 2025)	R\$ 4.000,00
Total	R\$ 75.000,00

Ao longo de 2025, o Corecon-RJ destinou um total de R\$ 75.000,00 em apoios institucionais para o fomento de debates acadêmicos e científicos, com destaque para o aporte de R\$ 15.000,00 ao XVIII Encontro da AKB e de R\$ 12.500,00 ao 6th International Workshop on Demand-Led Growth. O investimento contemplou eventos de relevância nacional e regional, como o XL Congresso da ANGE (R\$ 10.000,00), o Colóquio Marx e o Marxismo (R\$ 10.000,00) e o ENECO 2025 (R\$ 4.000,00), além de iniciativas voltadas à comunicação e sustentabilidade, incluindo a Gazetinha da Guanabara (R\$ 10.000,00) e o workshop preparatório para a COP 30, consolidando o compromisso da entidade com a pluralidade e a disseminação do conhecimento econômico.

8- Demonstrações contábeis

Tabela 14: Balanço financeiro

Balanço Financeiro			
Ano do Exercício: 2025		Período: 01/01/2025 até 31/12/2025	
Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	6.100.932,94	DESPESA ORÇAMENTARIA	6.845.994,07
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	6.100.932,94	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	6.792.676,07
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	53.318,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	18.342.750,88	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	18.437.178,05
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	9.600,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	9.600,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	9.888.867,90	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	9.912.540,26
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	58.118,28	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	54.408,73
PESSOAL A PAGAR	2.234.911,65	PESSOAL A PAGAR	2.234.911,65
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	717.473,42	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	714.559,41
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	4.358.643,45	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	4.257.801,80
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.075.006,70	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.078.437,54
RECEITAS ANTECIPADAS	0,00	RECEITAS ANTECIPADAS	124.690,11
DEMAIS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	0,00	DEMAIS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	50.228,55
DESCONTOS OBTIDOS	129,48	DESCONTOS OBTIDOS	0,00
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.790.542,05	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.951.053,75
TOTAL GERAL	27.234.225,87	TOTAL GERAL	27.234.225,87

Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Demonstração de Variações Patrimoniais							
Ano do Exercício: 2025				Período: 01/01/2025 até 31/12/2025			
Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	8.188.231,34	7.298.535,74	3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	10.580.418,92	11.180.408,49
4.1	CONTRIBUIÇÕES	7.401.023,35	6.489.013,90	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.391.057,96	3.143.502,66
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	7.401.023,35	6.489.013,90	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.391.057,96	3.143.502,66
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	7.401.023,35	6.489.013,90	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.391.057,96	3.143.502,66
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	178.355,55	269.124,94	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	30.463,48	29.607,21
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	178.355,55	269.124,94	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	30.463,48	29.607,21
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	178.355,55	269.124,94	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	30.463,48	29.607,21
4.3	FINANCEIRAS	570.109,53	537.115,12	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.221.837,51	2.083.981,65
4.3.1	FINANCEIRAS	570.109,53	537.115,12	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.221.837,51	2.083.981,65
4.3.1.1	FINANCEIRAS	570.109,53	537.115,12	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.221.837,51	2.083.981,65
4.4	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4	FINANCEIRAS	254.344,20	283.764,28
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1	FINANCEIRAS	254.344,20	283.764,28
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1.1	FINANCEIRAS	254.344,20	283.764,28
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
		0,00	0,00	3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.098.215,32	1.099.821,45
		0,00	0,00	3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.098.215,32	1.099.821,45
		0,00	0,00	3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.098.215,32	1.099.821,45
		0,00	0,00	3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
		0,00	0,00	3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
		0,00	0,00	3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	38.742,91	3.281,78	3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.584.500,45	4.539.731,24
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	38.742,91	3.281,78	3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.584.500,45	4.539.731,24
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	38.742,91	3.281,78	3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.584.500,45	4.539.731,24
	DEFICIT	-2.392.187,58	-3.881.872,75				
	TOTAL:	10.580.418,92	11.180.408,49				

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS					
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS			DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
INVESTIMENTOS	53.318,00	14.507,93	ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00
OBRAS, INSTALAÇÕES	53.318,00	14.507,93	ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00			
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00			
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00

Tabela 16: Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
Ano de Exercício: 2015		Período: 01/01/2015 até 31/12/2015	
Número Conta	Descrição	Valor Atual	
1	ATIVO	32.163.482,83	
1.1	ATIVO-CIRCULANTE	2.791.884,40	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.951.050,75	
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.951.050,75	
1.1.2	CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	445.132,49	
1.1.2.1	CRÉDITOS A RECEBER	445.132,49	
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	291.534,59	
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	109.917,89	
1.1.3.2	DEPÓSITOS RESCISÓRIOS E VALORES VINCULADOS	151.427,56	
1.1.4	ESTOQUES	54.188,57	
1.1.4.1	ALMOXARIFADO	54.188,57	
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	29.421.547,43	
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.723.100,10	
1.2.1.1	CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	23.723.100,10	
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	5.698.447,33	
1.2.2.1	IMOBILIZADO	1.697.119,89	
1.2.2.2	INTANGÍVEL	1.117,44	
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.163.482,83	
2.1	PASSIVO-CIRCULANTE	478.094,37	
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	22.149,13	
2.1.1.1	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	22.149,13	
2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	197.098,10	
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	197.098,10	
2.1.3	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.897,08	
2.1.3.4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.897,08	
2.1.4	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	256.019,86	
2.1.4.1	PROVISÕES TRABALHISTAS	256.019,86	
2.1.5	RESCISAS ANTECIPADAS	0,00	
2.1.5.1	RESCISAS ANTECIPADAS	0,00	
2.2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.685.357,36	
2.2.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.685.357,36	
2.2.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.685.357,36	
Especificação		Valor Atual	Especificação
ATIVO FINANCEIRO		2.342.422,14	PASSIVO FINANCEIRO
ATIVO PERMANENTE		26.079.125,49	PASSIVO PERMANENTE
SALDO PATRIMONIAL		32.163.482,83	31.685.357,36
		1,0	1,0
Comparações			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
CONTROLES CREDITORES	1.200,00	CONTROLES CREDITORES	1.200,00
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.200,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.200,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.200,00		
ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	1.200,00		
EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.200,00		
Quadro do Superávit/Deficit Financeiro			
Superávit Financeiro		Valor Atual	
		2.020.554,88	

Tabela 17: Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário						
Ano do Exercício: 2025			Período: 01/01/2025 até 31/12/2025			
Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.116.000,00	7.116.000,00	6.100.932,94	1.015.067,06	
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.320.000,00	5.320.000,00	4.814.310,05	505.689,95	
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	565.000,00	565.000,00	538.567,33	26.432,67	
6.2.1.3	FINANCEIRAS	196.000,00	196.000,00	131.815,15	64.184,85	
6.2.1.4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	750.000,00	750.000,00	504.468,64	245.531,36	
6.2.1.5	TRANSFERENCIAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	275.000,00	275.000,00	111.771,77	163.228,23	
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	1.610.000,00	1.610.000,00	0,00	1.610.000,00	
6.2.2.2	ALIENAÇÕES DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	
6.2.2.9	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00	
	TOTAL DAS RECEITAS:	8.726.000,00	8.726.000,00	6.100.932,94	2.625.067,06	
	DÉFICIT			790.513,20		
	TOTAL GERAL:			6.891.446,14		
Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	8.631.000,00	8.631.000,00	6.832.249,24	6.792.676,07	1.798.750,76
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	4.820.000,00	4.820.000,00	3.299.086,77	3.297.856,30	1.520.913,23
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	42.000,00	42.000,00	30.463,48	30.463,48	11.536,52
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.291.000,00	2.358.500,00	2.284.483,67	2.281.687,10	74.016,33
6.3.1.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.353.000,00	1.285.500,00	1.098.215,32	1.098.215,32	187.284,68
6.3.1.9	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.000,00	125.000,00	120.000,00	84.453,87	5.000,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	95.000,00	95.000,00	59.196,90	53.318,00	35.803,10
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	95.000,00	95.000,00	59.196,90	53.318,00	35.803,10
	TOTAL DAS DESPESAS:	8.726.000,00	8.726.000,00	6.891.446,14	6.845.994,07	1.834.553,86
	TOTAL GERAL:			6.891.446,14		

9- Outras informações relevantes

9.1 - Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados

Todos os temas abordados na Prestação de Contas fazem parte do Programa de Trabalho, definido no ano anterior. Ao final do exercício, todas as secretarias e setores quem compõem o Corecon-RJ elaboram seus respectivos relatórios de ações desenvolvidas, baseadas no Programa de Trabalho, contendo tanto informações quantitativas como qualitativas. Esses relatórios são compilados num único documento – no Relatório de Gestão. O monitoramento das ações é feito de forma contínua, através do acompanhamento e do cumprimento das atividades previstas no Programa de Trabalho.

9.2- Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado

A determinação da materialidade das informações contidas neste relatório baseia-se na relevância dos eventos ocorridos em 2025 frente aos objetivos estratégicos estabelecidos no Programa de Trabalho da Autarquia. O limite do relato abrange as atividades finalísticas e administrativas coordenadas por cada Secretaria do Corecon-RJ, selecionadas conforme seu impacto na gestão financeira, na valorização profissional e na transparência pública.



Embora o processo de materialidade não tenha sido formalizado por meio de matrizes de risco específicas neste exercício, a seleção dos temas priorizou informações que assegurassem a concisão e a clareza necessárias para o escrutínio dos órgãos de controle e da sociedade, atendendo aos princípios de publicidade e integridade do relato

9.3- Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve recomendações específicas por parte do TCU.



Anexos e apêndices

Anexo I - Declaração de integridade do relato integrado pelo responsável pela governança conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado

DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pelas Decisões Normativas TCU 198/2022 e 216/2025, e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na TCU 198/2022 serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Corecon-RJ, o relatório foi construído de forma atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Antonio dos Santos Magalhães
Presidente

Guilherme Tinoco O dos Anjos
Secretário de Adm e Finanças